

A cultura como sistema aberto, como ato e drama que se expressa na palavra e na imagem para análise e interpretação do cotidiano.

## Prefácio

Não é fácil prefaciар a obra seguramente mais lida pelos sociólogos ao longo dos últimos cem anos e igualmente muito lida por muitos outros cientistas sociais. Curiosamente, é uma obra que se tornou polémica depois da sua publicação, a título póstumo, em 1922, com supervisão de Marianne Weber, mulher de Max Weber e também ela uma importante socióloga. A polémica surgiu inicialmente na Alemanha na década de 1970 e incidiu basicamente sobre a estrutura e composição da obra. À data da sua morte, Max Weber deixou pronta para publicação apenas a primeira parte da que veio a ser a primeira edição alemã, uma parte com fins sobretudo didáticos e de definição conceptual, a incluir numa série intitulada *Grundriss der Sozialökonomik* e a publicar pela editora Mohr, de Tübinga. É essa parte que se publica agora em Portugal. Mas a edição alemã de 1922 era composta por três partes constituídas por textos que Marianne Weber escolheu entre os muitos manuscritos deixados por Weber. Foi esta edição, modificada por Johannes Winckelmann em 1956, que foi mundialmente divulgada.

A polémica centrou-se no carácter fragmentário da obra, composta por textos escritos em momentos significativamente diferentes (antes e depois da Primeira Guerra Mundial) e não incluídos na obra por ordem cronológica. Aliás, a escolha do título também não tem sido pacífica. Ao contrário de Durkheim, Weber usa raramente o termo sociedade. Prefere o conceito de acção social (*soziales Handeln*) e de relação social ou associativa (*soziale Beziehung*,

*Vergesellschaftung*). Se tivesse podido dar o título à obra, talvez mantivesse o título original da sua contribuição para a série da editora Mohr: *A Economia e as Ordens e Poderes Sociais*. A partir da década de 1970, o lugar deste livro no conjunto da obra de Weber também passou a ser discutido. Um destacado estudioso de Max Weber, Friedrich Tenbruck, defendeu que a obra mais importante de Weber não seria *Economia e Sociedade*, mas os três volumes de ensaios sobre a sociologia da religião e a mais marcante *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada em 1904.

Nenhuma destas polémicas tem hoje muito interesse para os leitores de Max Weber, sejam ele weberianos ou não. A verdade é que esta obra marcou muitas gerações de cientistas sociais em todo o mundo. E como é próprio das grandes e mais influentes obras, a sua influência nem sempre assentou numa leitura atenta e completa da obra. Ela adquiriu progressivamente a aura da obra incontornável, e cada um encontrou nela o refúgio ou o alvo que buscava. Como afirma o grande sociólogo brasileiro Gabriel Cohn no prefácio à primeira edição do primeiro volume, publicado no Brasil em 1991, «a proporção de weberianos que atravessaram *Economia e Sociedade* de ponta a ponta é da mesma ordem da dos marxistas que estudaram os três volumes de *O Capital*; mas não é preciso ser uma coisa ou outra para saber que são ambas obras indispensáveis, para se ter sempre à mão»<sup>(1)</sup>.

Devemos saudar a publicação da primeira parte de *Economia e Sociedade* em Portugal, cem anos depois da sua primeira publicação. Se a ditadura salazarista não tivesse durado quase meio século, talvez esta obra tivesse sido publicada antes. A obra de Weber era bem conhecida do fundador das modernas ciências sociais em Portugal, Adérito Sedas Nunes (1928–1991), director do Gabinete de Investigações Sociais (mais tarde, Instituto de Ciências Sociais) e fundador da *Análise Social*. Num texto fundamental, que todos os cientistas sociais da minha geração leram, «Questões preliminares

---

(1) Gabriel Cohn, «Alguns problemas conceituais e de tradução em *Economia e Sociedade*», in Max Weber, *Economia e Sociedade* (Vol. 1). Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora UnB, 1991, p. xiii.

sobre as ciências sociais», publicado na *Análise Social* em 1970, Sedas Nunes analisa com extraordinária lucidez os dilemas epistemológicos, teóricos e metodológicos de Weber.<sup>(2)</sup> Por outro lado, no período final do fascismo haviam sido publicados alguns textos de Weber (*O Político e o Cientista*. Tradução de Carlos Grifo. Presença, 1973; *Fundamentos da Sociologia*. Rés, 1970). Depois do 25 de Abril de 1974, já muita água tinha corrido debaixo das pontes. A sociologia norte-americana tinha convertido Max Weber na grande alternativa a Karl Marx, e muitos dos jovens cientistas sociais que então começavam as suas carreiras estavam mais inclinados para aprofundar o estudo de Marx do que o estudo de Weber. Outros seguiam a sociologia francesa, sobretudo as obras de Alain Touraine e Pierre Bourdieu.

Deve ter-se em mente que em França a primeira tradução de *Economia e Sociedade* também só surgiu em 1971, por iniciativa de Julien Freund, ainda que, já no final da década de 1930, Raymond Aron elogiasse enfaticamente esta obra, aliás, demasiado enfaticamente para os durkheimianos, que então dominavam a sociologia francesa. É de salientar que no período do nazismo e do fascismo, em que a América Latina foi refúgio para muitos democratas e cientistas sociais europeus, a primeira edição de *Economia e Sociedade* fora da Alemanha ocorreu no México em 1944 (Fondo de Cultura Económica).

Qual é hoje a importância da obra de Max Weber? O que caracteriza os grandes autores é que voltamos sempre a eles mesmo quando não concordamos com o que escreveram. É que, mesmo quando erram, eles erram brilhantemente e, além disso, são sempre complexos e mesmo contraditórios, o que nos permite relê-los de maneiras diferentes em épocas diferentes. Eu, por exemplo, fui condicionado nas minhas primeiras leituras de Weber pelo modo como ele estava a ser lido e interpretado nos EUA no período em que realizei o meu doutoramento na Universidade de Yale (1969–1973). A sociologia estrutural-funcionalista, com vocação política conservadora, de

---

(2) Sedas Nunes, «Questões preliminares sobre as Ciências Sociais», *Análise Social*, Vol. VIII, 1970 (n.º 30–31), 201–298.

que era figura destacada Talcott Parsons, fizera de Max Weber a grande alternativa a Karl Marx. Só muitos anos mais tarde veio a ser questionada a própria tradução americana de *Economia e Sociedade* e o modo como a escolha dos termos tinha sido feita para desvalorizar a presença dos conflitos sociais na obra de Weber e sobrevalorizar o tema das normas e da ordem na sociedade.<sup>(3)</sup> Aliás, é conhecido que Parsons escandalizara os colegas alemães em 1964, ao afirmar que o grande contributo de Weber para a sociologia residia nas suas contribuições no domínio da sociologia do direito. Como esse era o meu tema de estudo e de investigação na época, foi como sociólogo do direito que eu comecei a estudar Weber.

---

(<sup>3</sup>) Um exemplo significativo é a tradução de um conceito fundamental de Weber formulado em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o conceito de «*stalhartes Gehäuse*», que Talcott Parsons traduziu por «*iron cage*» (a jaula de ferro), designação que passou a ser usada noutras traduções. Com este conceito, Weber pretendeu designar a condição da pessoa humana sujeita ao capitalismo burocrático, um absoluto confinamento, apesar de criado por ela própria. Por isso, a tradução correcta nunca poderia fazer referência ao ferro, que não é criação humana, mas sim ao aço, esse sim criação humana. Num aparte, podemos especular que Weber pretendeu significar com esta designação o que Marx pretendeu com o conceito de alienação. Ver Peter Baehr, «The “Iron Cage” and the “Shell as Hard as Steel”: Parsons, Weber, and the Stahlhartes Gehäuse Metaphor in the Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism». *History and Theory*, 2001, Vol. 40, No. 2, 153–169. Um outro caso bem revelador das intenções de Parsons é a tradução do conceito de «*Herrschaft*» por «*authority*», e não por «dominação». Esta tradução errada, que elimina o impacto da imposição da dominação, diluiu a veemência do conceito em Weber e acabou por criar um labirinto de confusões com outros conceitos usados por ele, tais como «*Macht*», «*Zwang*» e «*Gewalt*». Ver Michael Th. Greven, «Max Weber’s Missing Definition of “Political Action” in his “Basic Sociological Concepts”: Simultaneously a Commentary on Some Aspects of Kari Palonen’s Writings on Max Weber»: *Max Weber Studies*, 2004, Vol. 4, No. 2, 179–200.

Sobre os problemas de tradução da obra de Weber, a bibliografia é imensa. Ver, a título de exemplo, Alan Sica, «The Unknown Max Weber: A Note on Missing Translations». *Mid-American Review of Sociology*, 1984, Vol. 9, No. 2, 3–25; John Dreijmanis «Reply to Frank J. Lechner’s “Versions of Vocation”», *Max Weber Studies*, Vol. 20, No. 1, 82–86.

A importância deste livro deve ser avaliada à luz do conjunto da obra de Weber. A primeira parte de *Economia e Sociedade* contém a arquitectura conceptual da sociologia weberiana. De facto, a série onde ela seria originalmente publicada tinha objectivos didácticos, exposição acessível dos fundamentos das disciplinas da «socio-economia». Claro que falar de texto acessível no caso de Max Weber é uma ousadia insensata. Mas o valor da obra de Weber é incalculável, quaisquer que sejam as preferências teóricas ou políticas de quem lê. A complexidade inesgotável da realidade social tem em Max Weber o seu melhor analista. Por isso, não faz muito sentido salientar uma ou outra temática. Faz mais sentido identificar os momentos ou temas mais significativos do encontro sempre renovado com Weber por parte dos cientistas sociais que vieram depois. No meu caso, selecciono três temas entre os mais relevantes para o meu trabalho de investigação.

*Relações com Karl Marx.* Como referi acima, comecei a estudar Weber como a grande alternativa ou o máximo opositor nas ciências sociais a Karl Marx. Progressivamente, fui-me dando conta de que Weber nunca se concebeu desta forma. Para ele, a obra de Marx era de grande importância e, aliás, chegou a dizer que sem ler Marx não seria possível entender o século xx. As limitações de Marx eram também evidentes para quem, como Weber, fiel ao seu individualismo metodológico, construía toda a reflexão sociológica a partir do conceito de acção social. A partir desta premissa e com recurso a uma erudição histórica espantosa, Weber percorre muitas das preocupações de Marx: a emergência do capitalismo no Ocidente, a racionalização da sociedade moderna, a alienação, o resgate da liberdade humana ante as estruturas de dominação, as desigualdades e hierarquias sociais. As afinidades entre Weber e Marx foram identificadas muito cedo na Alemanha, por exemplo, por Karl Löwith, em 1932, num livro que só cinquenta anos depois seria acessível ao público de língua inglesa (*Max Weber and Karl Marx*. Londres, Allen & Unwin, 1982).

As diferenças entre os dois grandes cientistas sociais são muito importantes e foram elas que balizaram a pluralidade interna das ciências sociais (um conceito de Adérito Sedas Nunes na obra acima mencionada) ao longo dos últimos cem anos. Ao analisarmos as

diferenças, temos de ter em mente que ao tempo de Weber apenas uma parte da obra de Marx era conhecida. Muitas das contraposições fazem todo o sentido se limitarmos a obra de Marx à que ficou conhecida aquando da publicação dos três volumes de *Das Kapital* (1867–1894), sendo que só o primeiro volume foi finalizado por Marx para publicação. A descoberta e publicação, nos últimos cinquenta anos, de milhares de páginas deixadas manuscritas por Marx entre 1867 e 1883, ano da sua morte, permite-nos ter uma imagem muito mais rica e complexa da teoria de Marx. As diferenças principais são as seguintes. Weber, ao contrário de Marx, pensava que não era possível estabelecer leis gerais de desenvolvimento histórico das sociedades. Acreditava que era possível formular conceitos trans-temporais capazes de dar conta da evolução histórica das sociedades. Para Weber, as hierarquias e os conflitos sociais tinham várias causas possíveis e, por isso, ao contrário de Marx, não se devia privilegiar o conflito de classes. Para Weber, as classes eram um dos vectores de hierarquia e conflito social, ao lado de outros, como os grupos de *status* ou estamentos, as ordens e os partidos. Também concebia a dominação social de modo muito mais amplo do que acontecia no conceito de exploração proposto por Marx. Weber não aceitava que as ideias dominantes fossem determinadas pelas relações económicas dominantes e, na sua obra *A Ética Protestante*, procurou mesmo mostrar que, pelo contrário, as ideias religiosas do protestantismo (sobretudo na versão calvinista) tinham sido fundamentais para a emergência do capitalismo na Europa. Enquanto Marx defendia que o capitalismo não era o fim da história e que a ele sucederia o socialismo, Weber, embora pessoalmente angustiado com a perda de autonomia do indivíduo moderno, não acreditava que o socialismo fosse a solução. Este certamente criaria uma estrutura burocrática que acabaria por reproduzir uma jaula de aço semelhante à que confinava a pessoa humana moderna na sociedade capitalista. Enquanto para Marx a posição dos indivíduos na sociedade era ditada pelas relações de produção, para Weber essa posição era ditada pelos tipos e relações de mercado.

A análise das diferenças entre Weber e Marx é extremamente enriquecedora e ajuda-nos a ver com mais clareza o mundo em

que vivemos e os desafios que enfrentamos. Seria mesmo possível imaginar um diálogo entre eles.<sup>(4)</sup> Mas, em última instância, a opção entre eles não pode ser decidida cientificamente. É que, no fundo, estão em causa diferentes valores, diferentes avaliações do mundo em que vivemos, diferentes visões e aspirações de um mundo futuro. E como Weber repetidamente nos adverte, não dispomos de nenhum procedimento de decisão científica racional que nos possa salvar da dificuldade de escolher entre valores em conflito ou em competição. O pessimismo existencial de Weber, certamente relacionado com a sua personalidade depressiva, levou-o a formular o conceito de «desencantamento do mundo», um desencantamento que resultara dos processos de racionalização e de secularismo que tinham caracterizado o Ocidente nos últimos séculos. Pelo contrário, Marx via nesses processos a possibilidade e a potencialidade de sociedades mais livres e mais justas e acreditava na capacidade do ser humano para lutar por elas. A credibilidade de um ou do outro depende, em última instância, dos valores de quem a avalia.

Para quem, como eu, se considera um optimista trágico, Marx tende a ser o guia (ou, pelo menos, um dos guias) da viagem, mas Weber tem de ir sempre na bagagem. Optimismo trágico implica, por um lado, a recusa em aceitar que não há alternativa à sociedade injusta, desigual e discriminadora em que vivemos, e, por outro, o reconhecimento vigilante das dificuldades que sempre desaconselharão excessivos espontaneísmos e romantismos. À luz desta postura existencial, Marx foi sempre mais convincente para mim no que respeita à necessidade e à possibilidade da luta por uma sociedade melhor, e foi com base nessa convicção que analisei criticamente a sociedade em que vivemos. Mas o lado trágico do optimismo sempre me puxou para não descurar as dificuldades, as frustrações e as derrotas. E para isso Weber foi sempre um amparo precioso. Devo, no entanto, reconhecer que esse amparo tinha as suas

---

(4) De facto, um tal diálogo imaginário centrado na questão da burocracia pode ser lido em C. David Rodriguez e Ronald J. Stupak, «On the Public Sector: A Dialogue between Karl Marx and Max Weber», *International Review of Modern Sociology*, primavera de 1992, Vol. 22, No. 1, 1–11.

raízes mais profundas no filósofo que influenciou Weber de modo mais ou menos clandestino, Friedrich Nietzsche, segundo o qual estávamos destinados a viver «num mundo sem deuses nem profetas». O mais significativo é que Weber se apercebeu de que esse mesmo mundo ficaria disponível para se encher de falsos deuses e de falsos profetas.

*As ciências sociais e os valores.* Este tema foi inicialmente o que mais me chamou a atenção para Weber. Herdeiro do debate alemão sobre a natureza e valor epistemológico das ciências sociais e humanas em seu sentido mais amplo (*Geisteswissenschaften*), Max Weber entendia que a análise dos fenómenos pertencia ao campo da compreensão do sentido atribuído à acção (*verstehen*). Como a compreensão interpretativa envolvia construção de sentidos e atribuição de valores, Max Weber viveu intensamente as dificuldades analíticas decorrentes do facto de as sociedades a estudar serem criadas e movidas por indivíduos que conferem sentido às suas acções e atribuem valores às suas condutas, não podendo, por isso, ser estudadas com base na mera exterioridade material ou comportamental dos factos e acções. Mas, por outro lado, isso não impedia a possibilidade de explicação (*erklären*) dos fenómenos, isto é, de análises de causalidade (não leis de causalidade, mas conexões de causalidade, afinidades electivas). Acresce que o próprio cientista social é tão humano quanto os humanos que ele estuda, e o seu trabalho científico não está livre das mesmas referências a valores. Para tornar as coisas ainda mais difíceis, Weber considerava que o pluralismo dos valores era uma das características fundamentais da sociedade moderna e, aliás, uma das razões do desencantamento do mundo. Além de tudo, Weber tinha de quadrar as suas investigações científicas com a intervenção social e política. Aliás, foi sempre um interveniente activo nos debates do seu tempo.

Nestas condições, será possível falar de objectividade, de neutralidade na análise dos fenómenos sociais no mesmo sentido em que falamos de explicação dos fenómenos naturais? As reflexões de Weber sobre este tema são muito complexas, e mesmo contraditórias, e evoluíram ao longo do tempo. As publicações especificamente centradas no tema pertencem ao período posterior ao colapso nervoso

que o impediu de escrever entre 1897 e 1902 e, segundo alguns, como veremos adiante, no período anterior, as posições de Weber sobre ciência e valores eram significativamente diferentes. Max Weber defende a possibilidade de uma ciência da sociedade isenta ou neutra em relação a valores (*Wertfrei*). Ao distinguir a ciência da política, afirma que a ciência analisa o que existe, enquanto a ética e a moral analisam o que devia existir, a distinção kantiana entre ser e dever ser. É possível fazer uma análise científica de valores, mas não uma análise científica da sua valoração. Num dos textos, afirma que a análise causal dos fenómenos não permite nenhum juízo de valor e, inversamente, os juízos de valor não permitem análises causais. Há, pois, uma heterogeneidade absoluta entre o científico e o político. Para ilustrar a sua posição, Weber afirmava, em 1913, que nada impedia um anarquista de ser professor de direito.

Por outro lado, Weber afirma que a investigação dos fenómenos depende da cultura do investigador ou da investigadora e que, quanto maior é o significado cultural de um problema, tanto maior é a probabilidade de as crenças e os valores terem um papel na sua análise. Se os valores são importantes na escolha dos objectos de análise, o que Weber reconhece, como se pode garantir que tais valores estejam totalmente ausentes quando a análise tem lugar? Afinal, a escolha do problema acarreta com ela a identificação potencial dos dados a obter e a selectividade em função de critérios de relevância. Weber acreditava que as regras da lógica e a metodologia permitiam garantir a objectividade do cientista social. O conceito de tipo-ideal foi um procedimento usado por Weber para controlar a presença de valores, tendo criticado os investigadores do seu tempo por se dizerem objectivos sem se darem conta das suas opções axiológicas, sequer para as disfarçarem. Mas as posições de Weber tornam-se a cada passo nebulosas, por exemplo, quando distingue entre juízos de valor e proposições relativas a valores.

Não admira, pois, que este seja um dos campos de maior debate e contestação sobre Max Weber nos últimos cem anos. Uma das críticas mais convincente é de Adérito Sedas Nunes nas já referidas «Questões preliminares», onde, com fina argúcia, desafia as contradições de Weber sem nunca lhe regatear o mérito de ter levantado

questões que talvez não tenham resposta. Escreve Sedas Nunes a certa altura: «Em rigor, Max Weber não chegou, portanto, a enfrentar propriamente o grande problema que incessantemente rodeou e o preocupou; o da *objectividade* do conhecimento nas Ciências Sociais. Escapou-se-lhe através de uma profissão de fé na *vocaçào* do cientista, na *paixão* do sábio pela verdade — paixão que não poderia afastá-lo da *lógica*, do *método* e dos *factos*, instrumentos bastantes da objectividade. Ora surpreendentemente, a paixão pela verdade, a curiosidade estritamente científica, não a admitira Weber como motivação suficiente para o trabalho científico, no domínio das Ciências do Homem.»<sup>(5)</sup> Mais corrosiva foi a crítica de Wolfgang Mommsen, que, a partir do estudo dos arquivos de manuscritos não publicados de Weber, chegou à conclusão de que Weber era um nacionalista radical com tendências imperialistas, para quem as categorias científicas eram meramente argumentos técnicos para apoiar a política do império alemão.<sup>(6)</sup>

Quando comecei a estudar Max Weber nos EUA, não havia dúvidas sobre a sociologia *value-free* de Weber, contraposta à sociologia *value-laden* de Karl Marx. E, naturalmente, só Weber era um verdadeiro sociólogo, porque só ele separava a ciência da ideologia. Nada se dizia (ou conhecia) sobre a relação complexa entre os dois gigantes a que acima me referi. Eram vistos como centros de dois mundos incomunicáveis. Acontece que a minha geração era produto do seu tempo, e este, como o próprio Weber sempre defendera, condicionava o modo como víamos a contraposição entre ele e Marx. A sociedade norte-americana vivia então momentos de forte agitação social, com o movimento pelos direitos cívicos e políticos e com a luta contra a guerra no Vietname. A nossa posição poderia formular-se assim: num tempo tão conflitual com este, é muito duvidoso

---

<sup>(5)</sup> Sedas Nunes, *op.cit.*, p. 278.

<sup>(6)</sup> Gregor Fitzzi, «Sovereignty, Legality and Democracy: Politics in the Work of Max Weber», *Max Weber Studies*, 2009, Vol. 9, No. 1/2, p. 35. Wolfgang Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik. 1890–1920*. Tübingen: Siebeck, 2.<sup>a</sup> edição, 1974. Mommsen chega a insinuar uma relação indirecta entre as posições de Weber sobre o *Reich* e a teoria política de Carl Schmitt que viria a legitimar a ditadura nazi.

que, por maior que seja a vigilância metodológica, se possa atingir a neutralidade em relação a valores. Mas se ela for possível, será uma posição eticamente responsável? A radicalidade da posição consistia em virar Weber contra Weber.

Os limites da objectividade com que Weber se torturara deviam ser vistos como parte da nossa condição e convertidos em algo positivo. O próprio Weber, antes do seu colapso nervoso, não tivera dúvidas de que a sua investigação científica contribuía para resolver problemas sociais e políticos, por exemplo, os que decorriam da industrialização da Alemanha.<sup>(7)</sup> Para encurtar razões, a posição que veio a prevalecer, sobretudo entre os jovens sociólogos críticos, marxistas e não marxistas, assentava em quatro pilares. Primeiro, a opção entre Weber e Marx não era entre ciência e ideologia (não-ciência), mas entre duas possíveis vias de fazer ciência social — a ideia da pluralidade interna das ciências sociais já referida. Segundo, qualquer destas vias tem pressupostos ideológicos ou valorações que a condicionam intrinsecamente e definem preferências, por exemplo, entre ordem social (Weber) ou transformação social (Marx). Bastaria assistir às aulas ou ouvir o discurso público de weberianos e marxistas para chegar a esta conclusão. Terceiro, dada a omnipresença dos pressupostos ideológicos (éticos ou políticos), a posição epistemológica e metodológica mais correcta é a de explicitar, em vez de ocultar tais pressupostos. Não esqueçamos que uma das críticas mais veementes de Weber aos cientistas sociais do seu tempo era a de disfarçarem as suas preferências ideológicas sob a capa da análise científica. Como vimos, esta foi uma das críticas que acabaram por se virar contra o próprio Weber. Por último, a transformação dos limites da objectividade em factor positivo deve ser feita por via da distinção entre objectividade e neutralidade. Devemos ser objectivos, mas nunca neutros. Numa sociedade caracterizada por tanta injustiça social, ser neutro equivale a estar do lado dos que causam a injustiça ou são cúmplices com ela. A objectividade impõe que usemos de

---

(7) Allan N. Sharlin, «Max Weber and the Origins of the Idea of Value-free Social Science», *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie / Europäisches Archiv für Soziologie*, 1974, Vol. 15, No. 2, 337–353.

boa-fé as metodologias disponíveis e não que «massajemos» os dados até eles darem os resultados que queremos. A não-neutralidade consiste em tornar claro de que lado estamos nos conflitos sociais, mesmo sabendo que, em certas circunstâncias, isso nos pode trazer dissabores e fazer correr riscos. Não se trata de sermos as duas coisas (objectivos e não-neutros) em momentos ou contextos diferentes, mas as duas coisas ao mesmo tempo no mesmo contexto.

Como se pode imaginar, em matéria de epistemologia e metodologia, é muito mais fácil proclamar orientações do que segui-las. Mas a dificuldade, uma vez assumida, pode ela própria ser um acicate para aprofundar a qualidade do trabalho científico. A distinção entre objectividade e neutralidade foi fundamental para garantir a pluralidade interna das ciências sociais. As coisas viriam a ser mais complicadas quando passámos da pluralidade interna à pluralidade externa, ou seja, quando passámos a reconhecer que a ciência, sendo um conhecimento válido e mesmo precioso, não é o único conhecimento válido e precioso, e deve saber dialogar e articular-se com outros conhecimentos que circulam na sociedade — o que designo por ecologia de saberes. A proposta das epistemologias do Sul que tenho vindo a defender levanta novos desafios metodológicos que não cabe aqui analisar.<sup>(8)</sup>

*A originalidade do Ocidente.* Com a expansão colonial, a Europa afirmava desde o século xv uma superioridade que inicialmente era sobretudo marítima e militar, ainda que se adornasse com a ideia da superioridade religiosa. Sobretudo no Oriente, os Europeus defrontavam-se com realidades políticas e culturais que contradiziam a ideia de superioridade da civilização ocidental. Aliás, eram a Índia e a China que forneciam os bens de consumo mais exigentes das nobrezas europeias. Só a partir de meados do século xix, com a primeira revolução industrial e o aumento das rivalidades entre países imperiais, é que a ideia da superioridade civilizacional da Europa se converteu numa atmosfera ideológica totalizante que permeava todos

---

<sup>(8)</sup> Ver os capítulos da segunda parte (metodologias pós-abissais) de *O Fim do Império Cognitivo. A Afirmação das Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2020.

os domínios da vida social, da economia à política, dos costumes à cultura. Para construir retrospectivamente essa superioridade, a filosofia grega foi separada das suas raízes mediterrânicas, egípcias e persas, e transformada na raiz única e exclusiva da superioridade filosófica do Ocidente. A curiosidade pelas terras longínquas, que dominara nos séculos XVII e XVIII, transformava-se agora na busca da explicação do excepcionalismo europeu, a originalidade que explicava a superioridade.

Max Weber, como muitos outros autores do seu tempo, empenhou-se nessa explicação. Encontrou-a na investigação das origens do capitalismo moderno, que designou por capitalismo racional. Como sempre, complexo e extremamente erudito, Weber entendia que tinha havido no passado outros tipos de capitalismo, mas que só o capitalismo racional nascera e florescera no Ocidente e seria ele a testemunhar a originalidade e o avanço da civilização ocidental. Os traços mais gerais dessa originalidade seriam: a racionalidade formal do direito; a autonomia política e administrativa das cidades medievais; a organização burocrática formal; o tipo de relações entre poderes políticos e religiosos; a racionalidade formal da organização económica capitalista. Na *Ética Protestante*, Weber considera que o protestantismo permitira uma combinação sem precedentes na história entre desejo de acumulação de riqueza e frugalidade nos hábitos de consumo. Foi desta combinação que emergiu o «espírito do capitalismo». Como referi, a ideia da originalidade desliza sempre e sub-repticiamente para a ideia de superioridade. O diálogo subjacente com Marx é aqui particularmente evidente.

Não vem ao caso analisar criticamente a posição de Weber.<sup>(9)</sup> Na segunda metade do século passado, os movimentos emancipadores das então colónias e os avanços na investigação histórica permitiram questionar as ideias de originalidade e de superioridade do Ocidente. A violência do colonialismo histórico, em termos do inenarrável sacrifício de vidas humanas, do racismo, da brutal espoliação de recursos naturais e da destruição maciça de conhecimentos, filosofias e culturas, passou a ser um factor importante na

---

(9) Ver Anthony Giddens, *Sociology*. Cambridge: Polity, 1989, 715.

avaliação da modernidade ocidental. Tanto mais que essa violência colonial persistiu sob outras formas, depois do fim do colonialismo histórico, com as independências políticas das colônias. Por outro lado, a historiografia dos últimos cinquenta anos — onde se incluem as obras de Joseph Needham<sup>(10)</sup> e Jack Goody<sup>(11)</sup> entre muitos outros — veio mostrar que a «originalidade» da civilização ocidental fora construída com contributos por vezes decisivos providos do Oriente. Só o preconceito eurocêntrico que se instalara no século XIX tornara impossível durante muito tempo identificar e muito menos valorizar esses contributos. Deve, no entanto, reconhecer-se que, embora produto do seu tempo, Weber é talvez o cientista social europeu que mais se esforçou por compreender as diferentes civilizações nos seus próprios termos.<sup>(12)</sup> O limite, que sempre nos remete para as questões epistemológicas e metodológicas, residiu em que, apesar do esforço gigantesco para compreender as outras civilizações, Weber sempre o fez com base no seu individualismo metodológico e nos conceitos que este lhe proporcionava. Por mais que se afirme que o individualismo metodológico não acarreta consigo o individualismo ontológico, a verdade é que o individualismo metodológico é inerentemente desadequado e limitativo quando aplicado à investigação de sociedades ou civilizações que não se reconhecem no individualismo ontológico. Pode permitir algum *erklären* mais ou menos superficial e talvez sempre tendencioso, mas nunca permitirá um *verstehen* profundo.

Como comecei por dizer, Max Weber é um cientista social fascinante, cuja leitura continua a ser obrigatória e frutífera cem anos passados da sua publicação. O seu trabalho é tão vasto, tão erudito e tão angustiado e angustiante na ambição de abranger a diversidade da

---

<sup>(10)</sup> *Science and Civilization in China*. 6 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1954.

<sup>(11)</sup> *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press 1996; *Renaissances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; *The Eurasian Miracle*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

<sup>(12)</sup> Este tema é salientado, entre outros, por Stephen Kalberg em «Max Weber's Sociology of Civilizations: The Five Major Themes». *Max Weber Studies*, Vol. 14, No. 2, 205–232.

experiência humana — que ele próprio reconhece ser infinita — que não é preciso estar de acordo com ele para se aprender com ele. É esta a marca do grande autor que Max Weber é.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

# Índice

Prefácio . . . . .	7
Nota biobibliográfica . . . . .	23
CAPÍTULO 1 – CONCEITOS SOCIOLÓGICOS FUNDAMENTAIS .	31
Advertência do tradutor . . . . .	33
Observação preliminar . . . . .	35
§ 1. Conceito da sociologia e do «sentido» da ação social . . . . .	36
I. Fundamentos metodológicos . . . . .	36
II. Conceito de ação social . . . . .	54
§ 2. Fundamentos determinantes da ação social . . . . .	56
§ 3. A relação social . . . . .	58
§ 4. Tipos de ação social: uso, costume . . . . .	61
§ 5. Conceito de ordem legítima . . . . .	64
§ 6. Géneros de ordem legítima . . . . .	66
§ 7. Fundamentos de validade da ordem legítima: tradição, fé, estatuto . . . . .	70
§ 8. Luta, concorrência e seleção social . . . . .	72
§ 9. Comunalização e socialização: luta e seleção . . . . .	75
§ 10. Relação social aberta e fechada . . . . .	78
§ 11. Relação social e imputação . . . . .	81
§ 12. Associação e ação associativa . . . . .	83
§ 13. Génese dos ordenamentos associativos . . . . .	86
§ 14. Ordem administrativa . . . . .	87
§ 15. Empresa, união e instituição . . . . .	88

§ 16.	Conceitos de poder, dominação e disciplina . . . . .	89
§ 17.	Associação política e Estado . . . . .	90

## CAPÍTULO 2 – CATEGORIAS SOCIOLOGICAS BÁSICAS

DA AÇÃO ECONÓMICA . . . . .	95	
Observação preliminar . . . . .	97	
§ 1.	Conceito de ação económica . . . . .	97
§ 2.	Conceito de utilidade . . . . .	103
§ 3.	Orientação económica da ação. . . . .	104
§ 4.	Medidas típicas da ação económica racional . . . . .	106
§ 5.	Tipos de associação economicamente orientada . . . . .	110
§ 6.	Meios de troca, meios de pagamento, dinheiro . . . . .	112
§ 7.	Consequências primárias do uso típico do dinheiro. Crédito . . . . .	118
§ 8.	Situação de mercado, comerciabilidade, liberdade de mercado, regulação do mercado . . . . .	121
§ 9.	Racionalidade formal e material da ação económica. . . . .	124
§ 10.	Racionalidade do cálculo em dinheiro . . . . .	126
§ 11.	Conceito e forma de aquisição, cálculo de capital . . . . .	131
§ 12.	Cálculo em espécie e economia natural . . . . .	142
§ 13.	Condições da racionalidade formal do cálculo em dinheiro . . . . .	152
§ 14.	Economia de troca e economia planificada . . . . .	154
§ 15.	Tipos de distribuição económica de desempenhos (em geral) . . . . .	160
§ 16.	Tipos de organização técnica de desempenhos . . . . .	166
§ 17.	Tipos de organização técnica de desempenhos (conclusão). . . . .	169
§ 18.	Formas sociais de distribuição de desempenho . . . . .	170
§ 19.	Apropriação da utilização de desempenho . . . . .	175
§ 20.	Apropriação dos meios de obtenção. . . . .	182
§ 21.	Apropriação dos desempenhos de coordenação. . . . .	189
§ 22.	Expropriação dos trabalhadores da posse dos meios de obtenção. . . . .	190
§ 23.	Expropriação dos trabalhadores da posse dos meios de obtenção (conclusão) . . . . .	193
§ 24.	Profissão e formas da divisão das profissões . . . . .	195
§ 24a.	Formas principais de apropriação e relações no mercado . . . . .	200
§ 25.	Condições de desempenho rentável: adaptação, execução e inclinação para o trabalho, etc. . . . .	208

§ 26.	Formas de desempenho em comunidades alheias ao cálculo: formas de comunismo . . . . .	213
§ 27.	Bens de capital, cálculo de capital . . . . .	214
§ 28.	Conceito e forma de comércio . . . . .	216
§ 29.	Conceito e forma de comércio (continuação). . . . .	217
§ 29a.	Conceito e forma de comércio (conclusão). . . . .	220
§ 30.	Condições para o grau máximo de racionalidade formal do cálculo de capital . . . . .	224
§ 31.	Tendências típicas da orientação «capitalista» das atividades aquisitivas . . . . .	227
§ 32.	Organização do sistema monetário do Estado moderno e os diversos tipos de dinheiro: dinheiro corrente . . . . .	230
§ 33.	Dinheiro limitado . . . . .	241
§ 34.	Dinheiro em forma de notas . . . . .	243
§ 35.	Validação formal e material do dinheiro . . . . .	245
§ 36.	Meios e objetivo da política monetária. . . . . Excurso sobre a teoria estatal do dinheiro . . . . .	248 254
§ 37.	Importância extramonetária de associações políticas para a economia. . . . .	264
§ 38.	O financiamento de associações políticas . . . . .	264
§ 39.	Repercussão sobre as economias privadas . . . . .	271
§ 40.	Influência da economia sobre a formação de associações . . . . .	273
§ 41.	As motivações determinantes da gestão económica . . . . .	274
CAPÍTULO 3 – OS TIPOS DE DOMINAÇÃO . . . . .		279
I.	A validade da legitimidade . . . . .	281
§ 1.	Definição, condições e formas de dominação. Legitimidade . . . . .	281
§ 2.	Os três tipos puros de dominação legítima: dominação racional, tradicional e carismática . . . . .	285
II.	A dominação legal com um quadro administrativo burocrático . . . . .	286
§ 3.	Dominação legal: tipo puro através de quadro administrativo burocrático . . . . .	286
§ 4.	Dominação legal: tipo puro através de quadro administrativo burocrático (conclusão). . . . .	290
§ 5.	Administração burocrático-monocrática . . . . .	293

III.	A dominação tradicional . . . . .	297
§ 6.	Dominação tradicional: definição . . . . .	297
§ 7.	Dominação tradicional: condições . . . . .	298
§ 7a.	Gerontocracia, patriarcalismo, patrimonialismo . . . . .	302
§ 8.	Sustento do servidor patrimonial . . . . .	307
§ 9.	Dominação patrimonial-estamental . . . . .	309
§ 9a.	Dominação tradicional e economia . . . . .	310
IV.	Dominação carismática . . . . .	315
§ 10.	Dominação carismática: suas características e comunitarização. . . . .	315
V.	A rotinização do carisma . . . . .	320
§ 11.	A rotinização do carisma e os seus efeitos. . . . .	320
§ 12.	A rotinização do carisma e os seus efeitos (continuação) . . . .	324
§ 12a.	A rotinização do carisma e os seus efeitos (conclusão) . . . . .	327
VI.	Feudalismo . . . . .	330
§ 12b.	Feudalismo e feudalismo de feudo. . . . .	330
§ 12c.	Feudalismo de prebenda e outros tipos de feudalismo. . . . .	336
§ 13.	Mistura dos diversos tipos de dominação . . . . .	340
VII.	A reinterpretação antiautoritária do carisma . . . . .	344
§ 14.	Legitimidade democrática e o princípio da eleição . . . . .	344
VIII.	Colegialidade e divisão de poderes . . . . .	350
§ 15.	Tipos de colegialidade e divisão de poderes . . . . .	350
§ 16.	Divisão especificada de poderes. . . . .	363
§ 17.	Relações da divisão de poderes políticos com a economia . . .	365
IX.	Partidos. . . . .	366
§ 18.	Conceito e essência dos partidos . . . . .	366
X.	Administração de associações alheia à dominação e administração de representantes . . . . .	371
§ 19.	Condições da democracia direta . . . . .	371
§ 20.	Administração de membros honorários . . . . .	372

XI.	Representação.....	375
§ 21.	Essência e formas da representação.....	375
§ 22.	Representação por representantes de interesses.....	381
CAPÍTULO 4 – ESTAMENTOS E CLASSES .....		385
I.	Conceitos .....	387
§ 1.	Situação de classe, tipos de classe, classe proprietária .....	387
§ 2.	Classe aquisitiva, classe social.....	389
§ 3.	Situação estamental, estamento .....	391